

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.162.906 - SP (2017/0218499-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : BANCO SAFRA S A  
**ADVOGADOS** : JOYCE ELLEN DE CARVALHO TEIXEIRA SANCHES - SP220568  
MARCUS VINICIUS GUIMARÃES SANCHES E OUTRO(S) -  
SP195084  
**EMBARGADO** : HERS FISCHER  
**ADVOGADO** : CELMO MARCIO DE ASSIS PEREIRA E OUTRO(S) - SP061991  
**INTERES.** : TEKNOS KOLZER INDUSTRIA E COMERCIO SA

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO SAFRA S/A contra decisão que deu provimento ao agravo interno de HERS FISCHER, para anular o acórdão recorrido e determinar que outro seja proferido de acordo com o entendimento firmado no Incidente de Assunção de Competência no Recurso Especial 1.604.412/SC.

O embargante aponta omissão quanto à alegada deserção do recurso especial e à coisa julgada material. Alega contradição quanto à prescrição intercorrente, argumentando que o acórdão impugnado decidiu a controvérsia em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O embargado apresentou impugnação (e-STJ, fls. 239/243).

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Na hipótese, não há omissão sobre a deserção do recurso especial, haja vista o deferimento da justiça gratuita na origem.

Por outro lado, o acórdão recorrido não se pronunciou sobre a matéria relativa à coisa julgada material e a questão sequer foi ventilada em contrarrazões ao recurso especial, carecendo tal tema do indispensável prequestionamento. À míngua de elementos no

acórdão estadual, é inviável o exame da pretensão nesta instância especial.

Quanto à prescrição intercorrente, a decisão embargada está devidamente motivada e não oferece dúvidas de compreensão.

É nítido o intuito do embargante de obter a reforma do *decisum*, entendendo ter sido equivocada o julgamento. Tal intento, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração, porque tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes. A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROTETÓRIO. RECONHECIMENTO.*

*EMBARGOS REJEITADOS COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

*1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC, não merecem acolhida os embargos de declaração.*

*2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado.*

*3. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa fixada em 1% (um por cento) do valor da causa."*

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no AREsp 453.117/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe de 02/02/2015, sem negrito no original)

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL DA EMENTA. AFASTAMENTO.*

*1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso.*

*2. Embargos de declaração acolhidos em parte, para correção de erro material, sem efeito modificativo."*

(EDcl no AgRg no AREsp 511.553/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/3/2015, DJe de 18/3/2015, grifou-se)

Cabe ressaltar que a contradição que autoriza a oposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, e não entre a sua conclusão e o que fora discutido nos autos, como pretende o embargante. A compreensão jurídica da parte sobre o tema em questão, diversa daquela estampada na decisão embargada, não torna o julgado incoerente com as suas premissas, tecnicamente. Nesse

sentido:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. LEI 12.409/2011. SÚMULA 150 DO STJ. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REJEIÇÃO.*

*1. A superveniência da Medida Provisória 513/2010, convertida na Lei 12.409/2011, estabelecendo que a CEF irá representar judicial e extrajudicialmente o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), faz incidir o enunciado de Súmula 150 do STJ, dado que somente a Justiça Federal poderá manifestar-se definitivamente sobre a sua própria competência.*

*2. A contradição que rende ensejo à oposição de embargos de declaração é aquela interna do julgado, somente se verificando, pois, quando no contexto do próprio acórdão embargado estejam contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão, o que não ocorre no presente caso.*

*3. Embargos de declaração rejeitados."*

(EDcl no AgInt no AREsp 441.830/PR, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe de 14/12/2017)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535, II, CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A PROVA PERICIAL. IMPOSSIBILIDADE. CONTRADIÇÃO EXTERNA.*

*1. Não se vislumbra a alegada violação ao art. 535 do CPC, na medida em que a Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.*

*2. A contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, e não entre a sua conclusão e as provas dos autos, como pretende o recorrente.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no Ag 1.096.513/SP, Quarta Turma, **de minha relatoria**, DJe de 7/6/2011)

*"Processual Civil. Embargos de Declaração no Recurso Especial. Ação de conhecimento sob o rito ordinário. Acórdão. Contradição interna.*

*Contradição externa. Inadmissibilidade. Omissão. Inexistência.*

*- Concluída a votação pelo provimento em parte do recurso especial, deve tal indicação ser observada na ementa do acórdão prolatado.*

*- A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão.*

*- A omissão apta a ser suprida pelos embargos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante, ainda mais como meio transversal a impugnar os fundamentos da decisão recorrida.*

*- Embargos de declaração no recurso especial a que se acolhem em parte."*

(EDcl no REsp 382.904/PR, Terceira Turma, Rel. Min. **NANCY ANDRIGHI**, DJ de 10/2/2003)

Não há nenhum vício a comprometer a compreensão do julgado ou falta de pronunciamento sobre ponto relevante e capaz de infirmar a conclusão adotada, mas mero inconformismo que deve ser devidamente apresentado no recurso próprio.

A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, porquanto ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015.

Diante do exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator